

## **A negligencia familiar no processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais**

*Family neglect in the process of inclusion of students with special educational needs*

**Maria Alves Pinheiro<sup>1</sup>**

**Resumo:** *Esta investigação apresenta um estudo sobre a negligencia familiar dos alunos com deficiências para inclusão escolar em uma escola de subúrbio no Amapá, Brasil. Este trabalho foi realizado com famílias de alunos matriculados e apresentando baixa assiduidade ou evasão escolar durante o ano de 2016. O objetivo foi analisar os fatores que influenciam as famílias a negligenciar sua responsabilidade com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais. A metodologia contempla a pesquisa qualitativa, não experimental de tipo descritivo, através de estudo de caso. A população selecionada constou de seis pais ou responsáveis. A partir dos resultados observa-se que os fatores evidenciam o preconceito e o auto preconceito, dificuldades de interação e comunicação, a negação da presença do aluno com deficiência, a violência e as drogas no ambiente escolar.*

**Palavras Chaves:** *Família, Alunos com Necessidades Educativas Especiais, Escola Inclusiva.*

**Abstract:** *This research presents a study about the family neglect of students with disabilities for school inclusion in a suburban school in Amapá, Brazil. This study was carried out with families of students enrolled and presenting low attendance or school dropout during the year 2016. The objective was to analyze the factors that influence the families to neglect their responsibility with the school inclusion of students with special educational needs. The methodology contemplates qualitative, non-experimental descriptive research, through a case study. The selected population consisted of six parents or guardians. From the results, it is observed that the factors show the prejudice and self-prejudice, difficulties of interaction and communication, the denial of the presence of students with disabilities, violence and drugs in the school environment*

**Keywords:** *Family, Students with Special Educational Needs, Inclusive School.*

---

<sup>1</sup> Universidad Autónoma de Asunción – Paraguay. Magister en Ciencias de la Educación. E-mail: [mariayalomiba19@gmail.com](mailto:mariayalomiba19@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A família representa uma unidade grupal na qual se desenvolve três tipos de relações pessoais básicas: aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consanguinidade (irmãos), e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhes condições para a aquisição de identidade pessoal, ela tornou-se responsável em transmitir valores éticos, estéticos, religiosos e culturais. A família também é considerada como a primeira e principal agente de socialização e educação da criança, assim como preside aos processos fundamentais de desenvolvimento cognitivo, psíquico e a organização da vida afetiva e emocional.

Embora seja considerado um grupo único, a família participa de uma comunidade, de contexto social maior, e em seu prolongamento prioritário participam de estruturas sociais maiores. Na função para educar os filhos, torna-se necessário o apoio da escola e da sociedade como um todo. Nesta interação social, a família é afetada por determinantes sociais e tem sido reagida sob essa influência. Pode-se dizer que são os valores e os costumes aceitos e disseminados no grupo social que exercerão influência direta sobre a mesma.

A historiografia brasileira nos mostra que não existe um modelo de família e sim uma infinidade de modelos familiares com traços comuns, porém com suas singularidades e possuidora de identidade própria, e é vista como espelho às atitudes comportamentais dos filhos. Portanto, a família deve se esforçar em participar e estar presente na vida dos filhos, observando suas dificuldades não só cognitivas, mas também comportamentais. Educar é uma ação difícil e exige paciência, esforço e acompanhamento. Os filhos precisam entender que direitos tem companhia constante aos deveres, e para ser respeitado é preciso que respeite também.

Quando observado a variação de controle exercido pelos pais sobre os filhos, Baumrind (1971) os classifica em autoritativo, autoritário e permissivo. O autoritativo tem como princípio o respeito mútuo e o equilíbrio entre afeto e controle nas relações com os filhos. O estilo autoritário implica alto nível de controle restritivos e impositivo sobre a conduta dos filhos, estabelecendo inúmeras exigências e mantém pouco envolvimento afetivo entre ambos. Ao estilo permissivo, Maccoby e Martin (1983) propuseram ao estilo de Baumrind, a subdivisão em indulgente e negligente, onde no estilo indulgente é caracterizado por baixo controle e altas responsabilidades para com os filhos. No estilo negligente os pais tem comportamento caracterizado por baixo controle e responsabilidades, não são afetivos nem exigentes tendendo a

---

manter os filhos à distância e respondendo somente suas necessidades básicas. Pais negligentes não supervisionam e não apoiam os filhos. Diante a situação de abandono das necessidades básicas (necessidades físicas, sociais, psicológicas e intelectuais) pode ser considerado como maltrato, quando não são atendidas e satisfeitas as necessidades pelos responsáveis.

Diante do exposto acima, onde os autores colaboram com a ideia de que a família é a principal responsável pela formação dos filhos, o estudo se propôs investigar e analisar quais os fatores que influenciam a negligencia das famílias quanto a educação escolar dos alunos com necessidades educativas especiais (nee's), se considerando tratar-se de um grupo especial e que estes necessitam de apoio paternal constante no seu cotidiano.

A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais pode ser afetado pelo comportamento familiar até então vivenciado. O autor Rabinovich (2009) enfatiza as alterações comportamentais advinda desde o nascimento da criança onde pode ter proporcionado momentos de lágrimas, desespero, confusão e medo, provocando uma mudança radical no comportamento e modelo de vida das pessoas envolvidas, onde se observa a existência de situações não resolvidas e problemas especiais.

O relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) afirma que uma em cada cinco pessoas apresenta algum tipo de deficiência, em torno de 1 bilhão de pessoas. Estas enfrentam barreiras que incluem a discriminação, ausência de cuidados adequados à saúde e de serviços de reabilitação, educação, transportes e acessibilidades e ressalta que na área da educação elas tem menor chance de entrar na escola do que as que não apresentam problemas, além de terem pior desempenho escolar.

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), revelam que 6,2% da população tem alguma dificuldade do tipo auditiva, visual, física ou intelectual, não considerando as que apresentam algum tipo de transtorno. Dentre as deficiências auditivas, físicas e intelectuais os percentuais mais elevados foram encontrados em pessoas sem instrução e em pessoas com fundamental incompleto.

Ao longo da história da humanidade as pessoas deficientes sempre tiveram uma situação desfavorável, pois na idade média a sociedade considerava a deficiência como deformação humana e manifestação de forças sobrenaturais não possuindo o direito à vida, e (por consequência) sendo exorcizadas, encarceradas e exterminadas. Com a expansão do cristianismo, estas pessoas passaram a ter alma e foram susceptíveis a atos de caridade com internação, cuidados e assistencialismo. Somente a partir do século XIX, quando iniciou as pesquisas genéticas, avanços tecnológicos e de equipes multidisciplinares a pessoa com

deficiência passou a receber tratamento médico. No século XX a concepção de deficiência passa a ser de perdas variáveis de função psicológica, fisiológicas ou anatômicas e o indivíduo começa a ser visto como sujeito de direitos e a sociedade lentamente inicia a integração, garantindo direitos através de declarações internacionais, acordos e legislações específicas.

Segundo Jannuzzi (2004), no Brasil a educação dos deficientes iniciou por influência europeia e de forma segregada e com internato no ano de 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant). A autora afirma que o sistema de internatos ocorreu não só porque não aprendiam com e nem os “normais”, mas também de impedirem convenientemente a instrução que lhes é proporcionada. Neste modelo de educação o objetivo era tão somente de integração social, onde é observado a nulidade participativa da família, a discriminação e a segregação no processo educativo. Bueno (1994) analisa que este tipo de educação não oportunizou o acesso à escola, com o agravante de servir a estes indivíduos ao processo de marginalização social.

A possibilidade do aluno com deficiências de aprender conforme suas aptidões e capacidades, e que o conhecimento se constrói sem resistências ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo, foi facilitado somente pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008), considerada marco da inclusão escolar para os alunos excluídos de convivências e possibilidades de aprendizagens escolares.

O direito fundamental a educação no Brasil se consagra no Estatuto da Criança e Estatuto (ECA) art. 53; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) art. 12 inciso VI; no Plano Nacional de Educação (13.005/2014) item 2.9 da Meta 2; e na Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) art. 28 inciso VIII, e preceitua a participação da família no sistema educativo. A educação inclusiva para ter êxito, além do amparo das leis, depende do esforço conjunto de professores e profissionais escolares, dos pais ou responsáveis, familiares, colegas e voluntários. O apoio conjunto e harmônico proporciona ao educando possibilidades ampliadas de aprendizagem condizentes a sua condição.

A inclusão exige mudanças de comportamento, quebra de conceitos e preconceitos e a aceitação do outro em sua condição individual, pois em sua crítica Pacheco (apud Direito da Educação Inclusiva, 2016) afirma:

...é requisito de inclusão o reconhecimento da imprevisibilidade que se reveste todo ato educativo. Enquanto ato de relação, ele é único, irrepetível, impossível de prever (de planejar) e de um-para-um (questionando abstrações como “turma” ou “grupo homogêneo”), nas dimensões cognitiva, afetiva

emocional, física, sociomoral. As escolas que reconhecem tais requisitos estarão a caminho da inclusão. (p. 6).

Mantoan (2003) afirma que a inclusão não prevê práticas de ensino unificadas para cada tipo deficiência, e sim que cada aluno aprende nos seus limites e no seu tempo. Pensamento este que organiza e promove um conjunto de valores e práticas que procuram responder a problemática existente de situação de insucesso, seleção precoce e abandono escolar por parte destes alunos.

Neste sentido Chistovan & Cia (2016) defende a parceria entre a escola e a família como uma aliança formal em decorrência do objetivo comum com vistas ao desenvolvimento do aluno, onde faz necessário a cooperação nas responsabilidades e com o alcance desejado.

Para fazer da escola uma comunidade educativa e inclusiva, é necessário tornar o ambiente escolar em um lugar possível de responder adequadamente as necessidades educativas de cada aluno e que seja capaz de estimular a participação dos alunos, dos educadores e dos pais, de forma que haja a interação entre o ensino regular e o ensino especial, segundo Pinto (2012) e acrescenta, a educação especial e a inclusão tornam-se indissociáveis, servindo de base para assegurar os direitos fundamentais dos alunos com nee's, e facilitar a sua inserção social e promoção de sua autonomia.

Um fator importante a destacar é a cultura escolar, sendo esta considerada um pilar fundamental para a inclusão. A comunicação ocorrida entre a escola e a comunidade, representada pelos pais, são os elos que vão ajudar a elaborar o processo inclusivo. As atitudes parentais podem exercer influências sobre o comportamento dos próprios filhos, visto que a família desempenha um papel importante no desenvolvimento e nas concepções de seu cotidiano. O comportamento positivo dos pais perante a educação escolar, irá influenciar sobremaneira na interação dos educandos com seus pares.

Freitas (2015, p. 446) afirma que “a dificuldade da escola criar oportunidades para a troca de informações e estratégias, estando focalizadas na limitação de problemas ocorridos”. O responsável no processo interativo família-escola, será sempre a escola em proporcionar condições de participação familiar no processo educativo e facilitar as situações envolventes no cotidiano escolar da presença do aluno com nee's.

A distância do objeto educativo esperado pelos pais para seus filhos, e os problemas não resolvidos no ambiente escolar, gera na família sentimento de tristeza, desilusão e frustração, levando os pais a não acreditar no desenvolvimento do filho, ideia consensual entre vários pesquisadores e defendida por Freitas (idem).

Hollerweger e Catarina (2014) colabora com o pensamento que ao se construir uma sociedade inclusiva, é necessário inicialmente a mudança no pensamento e na estruturação da sociedade, e na aceitação das pessoas com nee's pela própria família. De posse e domínio destes requisitos é possível ocorrer um norteamento e mudanças na sociedade com vistas a inclusão. Quando a família aceita e assume a pessoa com nee's, a busca de apoio e a educação escolar será viável, sendo o acompanhamento de rotinas escolares facilitadas.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho corresponde a uma metodologia de ordem qualitativa, descritiva desenvolvida a partir de uma investigação de estudo de campo com 6 (seis) famílias com filhos com necessidades educativas especiais em uma escola pública de subúrbio durante o ano de 2016 na cidade de Macapá, Amapá. A escolha destas à pesquisa baseou-se no critério dos filhos serem matriculadas com alunos especiais, terem frequentados a escola, e em determinado momento do ano letivo apresentarem baixa assiduidade ou evasão escolar.

O objetivo da investigação propôs analisar os fatores que influenciam as famílias a negligenciarem sua responsabilidade com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais. Foram considerados como foco de estudo as condições socioeconômicas familiares, responsabilidades educativas, situações emocionais e as dificuldades vivenciadas em sala por estes alunos, e posicionamento dos pais ou responsáveis perante a inclusão escolar

O estudo de abordagem qualitativo priorizou-se da utilização das técnicas de entrevistas semiestruturadas, questionário semiaberto e observação. A análise do estudo foi realizada sob a ótica da Constituição Federal (CF/88), das leis de inclusão da pessoa com deficiência, Estatuto da criança e do adolescente, e de autores renomados da educação como Paulo Freire, Coutinho, Beyer, entre outros.

As categorias e dimensões estudadas foram a participação da família na escola: atitudes paternas, dificuldades familiares, a relação família-escola; as dificuldades do aluno na escola: preconceito, diálogo e interação, violência escolar; a interação dos pais com os profissionais; o posicionamento dos pais no abandono escolar dos filhos; a influência do benefício social continuado; a viabilidade da inclusão escolar na visão dos responsáveis.

## RESULTADOS

Na categoria participação da família na escola, os resultados indicam que as atitudes paternas desempenham um papel muito significativo no desenvolvimento dos filhos, e quando estes são presentes e responsáveis os filhos são constante na escola e estão sempre motivados a aprender, apesar das limitações. No entanto ficou evidente que algumas famílias não conseguem lidar com seus sentimentos e as deficiências dos filhos. A família e a escola necessita de uma convivência harmônica para atingir os objetivos educacionais propostos no currículo do aluno. A família colabora com os conhecimentos adquiridos nos aspectos emocionais e cognitivos e a escola observa o aluno no seu desenvolvimento social, cognitivo, cultural e raciocínio lógico.

Dentre as dificuldades enfrentadas por estes alunos e que foram decisivas ao seu afastamento escolar, destacam-se:

- O preconceito sofrido e exercido pelos pares e profissionais, assim como o auto preconceito de sua própria dificuldade, transtorno ou deficiência, ocasionando a perda de convivências educativas, de momentos de socialização de conteúdo, desenvolvimento de aprendizagens e isolamento do aluno.
- A escassez de diálogo e interação professor-aluno especial em sala de aula diminui as possibilidades de desenvolver as potencialidades de aprendizagem e de inclusão ao processo educativo.
- A violência escolar é um fator determinante de evasão de alunos, visto que a escola enfrenta situações de violência, seja em atos de agressão, drogas e bullying, e estes alunos se sentem inseguros e com medo de serem agredidos fisicamente.

A escassa interação entre pais e profissionais (professores, coordenadores, e diretores) expressa o posicionamento que a escola assume perante o processo educativo quando deixa de incluir a família como corresponsável no processo educativo, e mantém comportamento institucional com rótulos de omissão, negligente, desinteressado e ausentes aos familiares destes alunos. Os pais, no entanto, desejam ter acesso às informações sobre os filhos através do diálogo aberto com os profissionais.

Quando analisado a categoria o posicionamento dos pais no abandono escolar dos filhos observa-se que os pais expressam sentimento de impotência, por não serem capazes de solucionar os problemas dos filhos; vergonha por possuírem filhos com deficiências e estes não serem sua extensão natural. Outro sentimento observado foi a auto piedade, demonstrado através de atitudes de frustração e conflitos em relação a aprendizagens do filho. As famílias

também se referem ao stress emocional tanto dos responsáveis como dos filhos, em decorrência das dificuldades enfrentadas na escola. O sentimento de tristeza, quando requerido a cada novo desafio, também fica evidente na fala dos pais, pela incerteza quanto ao futuro dos filhos

Ao analisar o recebimento do benefício continuado comprovou que este não influi na decisão quanto a frequência escolar e que a condição socioeconômica não é considerada entrave para as constantes faltas ou desistências na frequência escolar.

Discutir a viabilidade da inclusão escolar com os responsáveis trouxe a pesquisa o entendimento que muitas famílias com filhos nee's consideram importantíssimo a prática e a formação de cada professor demonstradas através das atividades pedagógicas de sala, de atitudes perante as deficiências/transtornos e o comportamento para com os alunos; o intercâmbio entre professores e os demais integrantes da estrutura escolar; e que a escola inclusiva está diante de uma situação de muitas incompletudes e perplexidades de uma demanda vista no ambiente escolar, onde se faz necessário a interferência da lei, ao invés de tão somente um projeto político pedagógico - projeto de educação inclusiva, que solucionaria a necessidade da adequação escolar para estes alunos.

## **DISCUSSÕES**

Estudar a família envolve dispor-se a estudar sentimentos, afetividades, condições sócio econômicas, interações escolares e o momento pelo qual a família se encontra frente a deficiência do filho. A pesquisa surgiu da necessidade do entendimento das causas de inúmeros alunos apresentarem muitas faltas e até desistências de frequentar a escola.

Os resultados apontam que as dificuldades de comunicação e interação entre pais e professores, coordenadores e direção são relevantes; a negação por parte de alguns professores da presença do aluno nee's e a não adaptação curricular e de materiais produzem desestímulos ao educando; as situações de violência e as drogas na escola diminui a autoestima e a segurança dos alunos e suas famílias, o preconceito e o auto preconceito são causas de sofrimento no aluno e em sua família. Pode-se deduzir que estes são os principais fatores pelos quais os alunos se ausentam ou evadem da escola. Fatores estes que afetam a família e apoiam a decisão dos filhos em sua desistência ou desestímulo escolar. Estes fatores podem interferir na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e nas convivências socioeducativas.

Quando a escola for capaz de estabelecer metas para envolver educadores, funcionários, família, alunos e comunidade em sujeitos ativos, participantes e criativos no processo inclusivo, onde as dificuldades dos educadores e a esperança dos pais e alunos sejam

considerados, possivelmente se possa avançar através da ajuda mútua e intercâmbio entre escola, pais, professores, e alunos produzindo avanços e transformando para uma exequível inclusão escolar.

## REFERENCIAS

Baumrind, D (1971). Current patterns of parental authority. *Devolopmental Psychology*, 4 (1) 1-103.

Senado Federal. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.

Lei Nº 8.069. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 13 de julho de 1990.

Lei Nº 9.394. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 20 de dezembro de 1996.

Ministério da Educação. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília.

Lei nº 13.146. Diário Oficial da União, Brasília, Brasil, 6 de julho de 2015.

Silveira, J. G., (1993), *Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno deficiente*. São Paulo: EDUC.

Camargo, A., e Cia, F. (2016). Comportamentos de pais e professores para a promoção da relação família e escola da inclusão no pré-escolar. *Revista Educação Especial*, 29 (54), 133-146.

Freire, P. (1999). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Matos, E., Novais, L., Ribeiro, P., e Dias, P. C. (2015). Percepção dos pais em relação à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais. *Revista Educação Especial*, 28 (52), 443-458,

Hollerweger, S. e Santa Catarina, M. B. (2014). A importância da família na aprendizagem da criança especial. *Revista de Educação do IDEAU*. 9 (19),

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Distribuição, projeção e estimativas da população do Brasil e da Unidades da Federação.

- Martino, G., (2004). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados.
- Maccoby, E., e Martin, J., (1983). Socialization in the context of family: Parent-child interaction. *Handbook of Child Psychology*.
- Eglér, M. T., (2003). *Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Editora Moderna.
- Organização Mundial da Saúde. (2015). *Relatório Mundial sobre deficiência*. São Paulo.
- Pacheco, J. (2010). *Escola Ponte Formação da Educação*. Rio de Janeiro. Vozes.
- Pinto, N e Morgado, J. *Atitudes de pais e Professores perante a inclusão*. Brasil: Instituto Universitário de Ciências Psicológicas.